

Dirigentes imobiliários AJ22984 querem suspensão do PDU

Mais de 60 processos requerendo instalações de estabelecimentos comerciais em Vitória estão paralisados na Prefeitura, devido às restrições impostas pelo Plano Diretor Urbano (PDU) do município, o qual é reconhecido como falho tanto por técnicos da municipalidade quanto pela Associação de Dirigentes de Empresas Imobiliárias (Ademi). Esta entidade defendeu ontem a suspensão do plano e sua revisão por técnicos sem vinculação com o Instituto Jones dos Santos Neves e com partidos políticos, mas o secretário do Planejamento de Vitória e presidente do Conselho Municipal do PDU, Edgard Klever, disse que é necessário apenas adaptá-lo à realidade do desenvolvimento urbano da cidade.

O próprio Edgard Klever concordou com a Ademi, admitindo que o PDU vem sendo "uma camisa-de-força para os pequenos comerciantes", uma vez que tem se mostrado contraditório em relação aos códigos de Obras e de Posturas do município e também às normas da Junta Comercial. Citando uma das falhas do plano, o presidente da Ademi, Luiz César De Biasi, disse que pela legislação municipal, colocada em vigor em abril deste ano, é permitida a instalação de "boutiques" em determinados pontos da cidade. Porém, este tipo de comércio não pode ser registrado na Junta Comercial com tal denominação, mas somente sob o título "loja de roupa" que, por sua vez, não é reconhecido pelo PDU.

Luiz César De Biasi fez questão de afirmar que o posicionamento da Ademi, que no último dia 21 publicou na imprensa um informativo com críticas às normas fixadas pelo PDU, reflete o pensamento das empresas do setor imobiliário, das loteadoras, corretoras e construtoras. Para a entidade, os reflexos da nova legislação surgem a partir do instante em que "numa determinada rua de Jardim da Penha, por exemplo, é permitida a instalação de uma loja de flores e não é permitida a de loteria esportiva. O PDU deveria planejar a cidade de forma global, mas mostra-se incoerente, pois em muitos casos é elitista, já que privilegia a criação de grandes casas comerciais em detrimento dos pequenos empresários".

Para Luiz César, o PDU representa "uma camisa-de-força para os pequenos empresários e isso gera muitos erros, tendo o poder público a obrigação de proteger essas pessoas". Quanto ao Conselho Municipal do plano, disse que ele está sendo "subvertido em suas funções, já que deveria servir para assessorar o prefeito em normas urbanísticas e não para despachar processos como vem fazendo".

Sobre a filosofia do PDU, o presidente da

Ademi também apresentou suas críticas, dizendo que "deveria apontar diretrizes para o crescimento da cidade, para o planejamento dos serviços públicos de um modo geral. Ao invés disso, foi muito detalhista, específico e passou a ser contraditório ao Código de Obras que tem 30 anos de existência e é uma tradição do município. A saída seria repensar do plano, o que está nas mãos do poder público municipal. Mas, na nossa opinião, o PDU fará com que os problemas hoje enfrentados sejam aumentados e, por isso, essa legislação deveria ser suspensa por um certo período e revista, através de um outro grupo de urbanistas".

O presidente da Ademi, ao defender a revisão do PDU, sugeriu que o trabalho seja feito por um urbanista coordenador contratado pela Prefeitura, "fora das paixões das discussões, sem vínculo com o Instituto Jones dos Santos Neves e com partidos políticos". E explicou que o plano "não pode ser resultado de um trabalho de laboratório (referindo-se ao instituto)", sugerindo que suas proposições devem estar voltadas para o direito da vocação da cidade.

Já o secretário do Planejamento e presidente do Conselho Municipal do PDU, Edgard Klever, disse achar que as críticas feitas pela Ademi ao PDU — referindo-se ao informativo publicado pela entidade — "tem toda razão". E acrescentou que as dificuldades geradas pela legislação "têm refletido no Conselho Municipal".

Edgard Klever disse que Vitória teve importante impulso com o PDU, mas essa legislação "não pode constituir-se numa camisa-de-força". Ao contrário, deve ser compatível com a dinâmica da cidade, adequando-se constantemente às novas realidades que o processo de crescimento induz". No entender de Klever, o plano veio exigir um controle efetivo e extremamente rígido nos seus postulados, não permitindo uma margem de decisão para o executivo municipal sobre pequenos casos como os que surgiram através dos mais de 60 processos que estão paralisados na Prefeitura, aguardando solução.

Revelou ainda que o Conselho Municipal do PDU "está preocupado com a situação" e anunciou para a semana que vem uma reunião dos membros para discutir as alternativas e proposições, encaminhando-as ao prefeito Berredo de Menezes, na tentativa de resolver os impasses atuais. Edgard Klever defendeu a necessidade de uma cláusula na nova legislação, de forma a dar ao Executivo autonomia para decidir os processos paralisados e outros com problemas semelhantes.

Dirigentes imobiliários querem suspensão do PDU. A Gazeta, Vitória, 31 out. 1984. ~~cad.~~ p. 6. 1. cad. c. 1 e 2.